

JOSÉ LUIZ
FIORIN

Introdução ao pensamento de

Bakhtin



editora**contexto**

Copyright © 2016 do Autor

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

Montagem de capa e diagramação

Gustavo S. Vilas Boas

Preparação de textos

Lilian Aquino

Revisão

Daniela Marini Iwamoto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Fiorin, José Luiz

Introdução ao pensamento de Bakhtin / José Luiz Fiorin.
2. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2018.
160 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-7244-959-5

1. Bakhtin, M. M. (Mikhail Mikhailovitch), 1895-1975
2. Linguagem e línguas – filosofia 3. Análise do discurso
4. Análise do diálogo 5. Intertextualidade I. Título

16-0290

CDD 401

Índice para catálogo sistemático:

1. Linguagem – Análise do discurso

2018

EDITORA CONTEXTO

Diretor editorial: *Jaime Pinsky*

Rua Dr. José Elias, 520 – Alto da Lapa

05083-030 – São Paulo – SP

PABX: (11) 3832 5838

contexto@editoracontexto.com.br

www.editoracontexto.com.br

do ser humano existe na ação, no ato individual e responsável. Viver é agir e agir em relação ao que não é o eu, isto é, o outro. Eu e outro constituem dois universos de valores ativos, que são substitutivos de todos os nossos atos. As ações concretas realizam-se na contraposição de valores.

Há três eixos básicos do pensamento bakhtiniano: unicidade do ser e do evento, relação eu/outro; dimensão axiológica. São essas coordenadas que estarão na base da concepção dialógica da linguagem.

A segunda preocupação do projeto do Círculo Bakhtiniano era a elaboração de uma teoria marxista da superestrutura. Na tópica marxista, a superestrutura é constituída do processo social, político e espiritual da vida e de seus produtos; compreende toda a produção e os produtos do “espírito” humano.

O que se destaca nesse intento teórico é, em primeiro lugar, uma crítica radical do economicismo, de que estava eivada certa concepção vulgar do marxismo, que, raciocinando por uma lógica mecanicista, pensava a relação entre infraestrutura e superestrutura por meio de uma causalidade simples, direta e unilinear. O Círculo não nega que a infraestrutura determine a superestrutura, mas isso se faz por mediações muito finas e complexas, que é preciso desvendar. Em segundo lugar, os teóricos do Círculo dão um papel central à linguagem na constituição da superestrutura.

O dialogismo

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que pode dela se afastar.

Bakhtin (1988: 88)

É dentro do projeto de investigação, que acaba de ser delineado em rápidas pinceladas, que surge o conceito de dialogismo, princípio unificador da obra de Mikhail Bakhtin. O teórico russo enuncia esse princípio e, em sua obra, examina-o em seus diferentes ângulos e estuda detidamente suas diferentes manifestações. Essa noção funda não só a concepção bakhtiniana de linguagem, como é constitutiva de sua antropologia filosófica. Começemos por analisá-la na linguagem.

Segundo Bakhtin, a língua, em sua totalidade concreta, viva, em seu uso real, tem a propriedade de ser dialógica. Essas relações dialógicas não se circunscrevem ao quadro estreito do diálogo face a face, que é apenas uma forma composicional, em que elas ocorrem. Ao contrário, todos os enunciados no processo de comunicação, independentemente de sua dimensão, são dialógicos. Neles, existe

uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro, é sempre e inevitavelmente também a palavra do outro. Isso quer dizer que o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu. Por isso, todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio. O dialogismo são as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados.

É preciso explicar passo a passo o que foi enunciado no parágrafo precedente. Por que o Círculo de Bakhtin dá um papel central à linguagem em sua teoria da superestrutura? Porque não se tem acesso direto à realidade, uma vez que ele é sempre mediado pela linguagem. O real apresenta-se para nós sempre semioticamente, ou seja, linguisticamente. Um objeto qualquer do mundo interior ou exterior mostra-se sempre perpassado por ideias gerais, por pontos de vista, por apreciações dos outros; dá-se a conhecer para nós desacreditado, contestado, avaliado, exaltado, categorizado, iluminado pelo discurso alheio. Não há nenhum objeto que não apareça cercado, envolto, embebido em discursos. Por isso, todo discurso que fale de qualquer objeto não está voltado para a realidade em si, mas para os discursos que a circundam. Por conseguinte, toda palavra dialoga com outras palavras, constitui-se a partir de outras palavras, está rodeada de outras palavras.

Quando alguém diz *É mulher*, não está simplesmente enunciado um dado da realidade. Se estiver declarando isso com admiração, mostrando que as mulheres são dotadas de uma fibra incomum, estará opondo-se a outros discursos, que embebem essa afirmação de desdém, que insistem em manifestar a inferioridade do sexo feminino, como se costuma fazer em nosso país, por exemplo, ao ver alguém cometer uma manobra inábil no trânsito e ao notar que

o motorista é uma mulher. O discurso com apreciação admirativa dialoga com o discurso com entonação desdenhosa, um constituinte a partir do outro.

A *prima philosophia* bakhtiniana estava voltada para a unidade do ser e do evento. Essa concepção leva a uma distinção muito importante que é preciso esclarecer. Não são as unidades da língua que são dialógicas, mas os enunciados.

As unidades da língua são os sons, as palavras e as orações, enquanto os enunciados são as unidades reais de comunicação. As primeiras são repetíveis. Com efeito, um som como /p/, uma palavra como *irmão*, uma oração como *É preciso ser forte* são repetidos milhares e milhares de vezes. No entanto, os enunciados são irrepitíveis, uma vez que são acontecimentos únicos, cada vez tendo um acento, uma apreciação, uma entonação próprios.

Ao contrário do que quer fazer crer uma leitura da obra de Bakhtin guiada pelo marxismo vulgar, o filósofo não nega a existência da língua nem condensa seu estudo. Ao contrário, considera-o necessário para compreender as unidades da língua. No entanto, ele mostra que a fonologia, a morfologia ou a sintaxe não explicam o funcionamento real da linguagem. Por isso, propõe a criação da *translinguística*, que teria como objeto o estudo dos enunciados, o que significa dizer o exame das relações dialógicas entre eles, dado que são necessariamente dialógicos.

Em algumas traduções das obras de Bakhtin, o termo *translinguística* aparece como *metalinguística*. Esse problema de denominação é uma prova do acerto bakhtiniano a respeito da diferença entre as unidades potenciais da língua (objeto da linguística) e as unidades reais de comunicação (objeto da translinguística). Do ponto de vista do sistema da língua, *meta-* (prefixo grego) e

trans- (prefixo latino) são absolutamente equivalentes, pois ambos significam “além de”. No entanto, eles são completamente diversos da perspectiva do funcionamento discursivo, pois *metalinguística* é imediatamente relacionada aos discursos que falam sobre a língua, que a descrevem, que a analisam. O que Bakhtin tinha em mente era constituir uma ciência que fosse além da linguística, examinando o funcionamento real da linguagem em sua unicidade e não somente o sistema virtual que permite esse funcionamento.

Caberia perguntar se os enunciados, sendo acontecimentos únicos, podem ser objetos da ciência, já que esta se funda sobre a repetitividade. Bakhtin debruça-se longamente sobre a epistemologia das ciências humanas e mostra que, em seu ponto de partida, elas operam sempre sobre singularidades e só depois fazem generalizações sobre a forma específica e a função dos objetos singulares. O objeto, pois, da translinguística são os aspectos e as formas das relações dialógicas entre enunciados e entre suas formas tipológicas.

Não é a dimensão que distingue uma unidade da língua de um enunciado, pois este pode ir desde uma réplica constituída de uma única palavra (por exemplo, *não*) até uma obra em vários volumes. O que os diferencia é que o enunciado é a réplica de um diálogo, pois cada vez que se produz um enunciado, o que se está fazendo é participar de um diálogo com outros discursos. O que delimita, pois, sua dimensão é a alternância dos falantes. Um enunciado está acabado quando permite uma resposta de outro. Portanto, o que é constitutivo do enunciado é que ele não existe fora das relações dialógicas. Nele estão sempre presentes ecos e lembranças de outros enunciados, com que ele conta, que ele refuta, confirma, completa, pressupõe e assim por diante. Um

enunciado ocupa sempre uma posição numa esfera de comunicação sobre um dado problema.

Analisemos um exemplo. Certa ocasião, Anthony Garotinho, então governador do Rio de Janeiro, definiu um partido de sua base aliada como o *partido da boquinha*. O que ele queria dizer, em tom zombeteiro, é que essa agremiação era o partido dos que pretendiam tirar vantagem material de algo (no caso, o aparelho do Estado) sem fazer esforço. Como essa agremiação apresentava-se como o partido da ética, o enunciado do governador Garotinho é uma réplica à afirmação *Nosso partido é o partido da ética*. Constitui-se a partir deste enunciado, refutando-o. Ocupa, portanto, uma posição dentro da comunicação política sobre o julgamento da atuação dos partidos.

Continuemos a detalhar as diferenças entre as unidades da língua e os enunciados. Aquelas não pertencem a ninguém, não têm autor. Com efeito, uma palavra como *água* está à disposição de todos para ser usada nos enunciados, ninguém pode reivindicar sua autoria. Por isso, as relações entre as unidades da língua são relações semânticas ou lógicas (por exemplo, relações de sinonímia ou antonímia: *casado* é antônimo de *solteiro*; *azedume* é sinônimo de *acrimônia*; no período *Embora muitos não acreditem, a existência do aquecimento global está comprovada*, a relação entre as duas orações é de concessão). Já os enunciados têm autor. Por isso, revelam uma posição. Quando alguém diz *água* numa brincadeira que envolve luta, o termo deixa de ser uma unidade da língua, pois, ao ganhar um autor, torna-se um enunciado e significa que a pessoa que o pronunciou está rendendo-se.

Outra diferença é que as unidades da língua são completas, mas não têm um acabamento que permita uma resposta. Cada palavra,

cada oração, cada período tem uma completude. Ela, porém, não possibilita uma resposta. Ninguém vai responder à palavra *corrupto*, embora ela esteja completa. O enunciado, entretanto, sendo uma réplica, tem um acabamento específico que admite uma resposta. Quando alguém assume essa palavra e transforma-a num xingamento, ela torna-se um enunciado, *Corrupto!*, e, portanto, ganha um acabamento que permite uma resposta.

As unidades da língua não são dirigidas a ninguém, enquanto os enunciados têm um destinatário. A palavra *incompetente* não é endereçada a ninguém, está disponível para caracterizar qualquer um. Quando ela é assumida por alguém e ganha um acabamento específico é que ela se converte em enunciado e, portanto, passa a ser dirigida a alguém.

As unidades da língua são neutras, enquanto os enunciados carregam emoções, juízos de valor, paixões... A frase *Ele é gay*, enquanto unidade da língua, é absolutamente neutra. Já quando se converte em enunciado está impregnada de respeito ou de zombaria, de desdém ou de indiferença, de raiva ou de amor e assim sucessivamente.

As unidades da língua, sendo entidades potenciais, têm significação, que é depreendida da relação com outras unidades da mesma língua ou de outros idiomas: por exemplo, a palavra *homem*, em português, significa tanto “ser humano” e, nesse caso, engloba *homens e mulheres*, quanto “indivíduo do sexo masculino” e, então, opõe-se a *mulher*. Os enunciados têm sentido, que é sempre de ordem dialógica. Quando num dos debates entre Lula e Collor, na campanha para o segundo turno das eleições presidenciais de 1988, este mencionou o caso Lubeca, um negócio um tanto suspeito que teria ocorrido na Prefeitura de São

Paulo, na época governada pelo PT, Lula respondeu a Collor: *Eu sabia que você era corlorido por fora, mas caiado por dentro*. Não basta saber o que significa cada uma das unidades da língua que compõem esse enunciado, para apreender seu sentido. Para isso, é preciso perceber as relações dialógicas que ele mantém com outros enunciados do discurso político brasileiro na época: *corlorido*, com dois /l/, fazia referência ao nome de Collor e, portanto, designava seus partidários; Ronaldo Caiado era candidato à Presidência da República, era o postulante ao posto presidencial mais à direita no espectro político e tinha sido o primeiro a fazer a denúncia de existência de ilicitudes na suposta transação da Prefeitura com a Lubeca; Collor apresentava-se como um candidato de centro-esquerda. Sendo uma réplica aos enunciados do discurso político da época, o conteúdo desse enunciado seria: eu sabia que você era de centro-esquerda na aparência, mas na essência é de direita.

Primeiro conceito de dialogismo

Como se viu anteriormente, todo enunciado é dialógico. Portanto, o dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem, é o princípio constitutivo do enunciado. Todo enunciado constitui-se a partir de outro enunciado, é uma réplica a outro enunciado. Portanto, nele ouvem-se sempre, pelo menos, duas vozes. Mesmo que elas não se manifestem no fio do discurso, elas estão aí presentes. Um enunciado é sempre heterogêneo, pois revela duas posições, a sua e aquela em oposição à qual ele se constrói. Ele exhibe seu direito e seu avesso. Por exemplo, quando

se afirma *Negros e brancos têm a mesma capacidade intelectual*, esse enunciado só faz sentido porque ele se constitui em contraposição a um enunciado racista, que preconiza a superioridade intelectual dos brancos em relação a outras raças. Essa declaração deixa ver seu direito, a afirmação da igualdade intelectual de brancos e negros, e seu avesso, a asseveração da superioridade intelectual dos brancos. Numa sociedade em que não houvesse racismo, não faria sentido, por ser absolutamente desnecessária, a postulação de igualdade intelectual mencionada.

Antes de prosseguir é preciso esclarecer bem um ponto. O vocábulo *diálogo* significa, entre outras coisas, “solução de conflitos”, “entendimento”, “promoção de consenso”, “busca de acordo”, o que poderia levar a pensar que Bakhtin é o filósofo da grande conciliação entre os homens. Não é nada disso. As relações dialógicas tanto podem ser contratuais ou polêmicas, de divergência ou de convergência, de aceitação ou de recusa, de acordo ou de desacordo, de entendimento ou de desinteligência, de avença ou de desavença, de conciliação ou de luta, de concerto ou de desconcerto. A relação contratual com um enunciado, a adesão a ele, a aceitação de seu conteúdo faz-se no ponto de tensão dessa voz com outras vozes sociais. Se a sociedade é dividida em grupos sociais, com interesses divergentes, então os enunciados são sempre o espaço de luta entre vozes sociais, o que significa que são inevitavelmente o lugar da contradição. O que é constitutivo das diferentes posições sociais que circulam numa dada formação social é a contradição. O contrato se faz com uma das vozes de uma polêmica.

Vamos mostrar um exemplo de uma dessas vozes que circulam na formação social e revelar como ela se constitui. Tomemos para isso um trecho do romance *O missionário*, de Inglês de Sousa:

Entregara-se, de corpo e alma, à sedução da linda rapariga que lhe ocupara o coração. A sua natureza ardente e apaixonada, extremamente sensual, mal contida até então pela disciplina do Seminário e pelo ascetismo que lhe dera a crença na sua predestinação, quisera saciar-se do gozo por muito tempo desejado, e sempre impedido. Não seria o filho de Pedro Ribeiro de Morais, o devasso fazendeiro de Igarapé-Mirim, se o seu cérebro não fosse dominado por instintos egoísticos, que a privação de prazeres açulava e que uma educação superficial não soubera subjugar. E como os senhores Padres do Seminário haviam pretendido destruir ou, ao menos, regular e conter a ação determinante da hereditariedade psicofisiológica sobre o cérebro do Seminarista? Dando-lhe uma grande cultura do espírito, mas sob um ponto de vista acanhado e restrito, que lhe excitara o instinto da própria conservação, o interesse individual, pondo-lhe diante dos olhos, como supremo bem, a salvação da alma, e como meio único, o cuidado dessa mesma salvação. Que acontecera? No momento dado, impotente o freio moral para conter a rebelião dos apetites, o instinto mais forte, o menos nobre, assenhoreara-se daquele temperamento de matuto, disfarçado em Padre de S. Sulpício. Em outras circunstâncias, colocado em meio diverso, talvez que o Padre Antônio de Morais viesse a ser um santo, no sentido puramente católico da palavra, talvez que viesse a realizar a aspiração de sua mocidade, deslumbrando o mundo com o fulgor de suas virtudes ascéticas e dos seus sacrifícios inauditos. Mas nos sertões do Amazonas, numa sociedade quase rudimentar, sem moral, sem educação... vivendo no meio da mais completa liberdade de costumes, sem a coação da opinião pública, sem a disciplina duma autoridade moral fortemente constituída... sem estímulos e sem apoio..., devia cair na regra geral dos seus colegas de sacerdócio, sob a influência enervante do isolamento, e entregara-se ao vício e à depravação, perdendo o senso moral e rebaixando-se ao nível dos indivíduos que fora chamado a dirigir. (1967: 383-384)

Nesse trecho, há uma voz que interpreta os atos do Padre Antônio de Moraes. Fala da inevitabilidade da queda do sacerdote (manter relações sexuais com Clarinha), em função de um dado ponto de vista sobre o porquê das ações humanas, e também condena duramente a educação do seminário, o meio em que o clérigo vivia e seus colegas de sacerdócio. Todas as apreciações morali-zantes do texto são de responsabilidade dessa voz, que pensa as ações humanas como fruto de uma determinação mecânica do meio, da hereditariedade e do momento. Em primeiro lugar, considera a atitude do Padre Antônio de Moraes uma degradação. Em segundo, explica “essa rebelião dos apetites” com o fato de que era filho de um pai devasso, de que vivia num meio em que imperava “a mais completa liberdade de costumes” e de que, num momento de grande desilusão com as atividades rotineiras do sacerdócio, encontrara-se sozinho, no meio da mata, com a bela índia Clarinha.

Antes de continuar a discutir esse texto, é preciso examinar uma questão: as vozes que aparecem nas relações dialógicas são sociais ou individuais? A teoria bakhtiniana leva em conta não somente as vozes sociais, mas também as individuais. Como diz o filósofo, uma vez que um locutor não é Adão, que, segundo o mito bíblico, produziu o primeiro enunciado, um discurso pode ser tanto o lugar de encontro de pontos de vista de locutores imediatos (por exemplo, num bate-papo, numa admoestação a um filho), como de visões de mundo, de orientações teóricas, de tendências filosóficas, etc. (por exemplo, na literatura, nos editoriais, nos programas partidários). Ao tomar em consideração tanto o social como o individual, a proposta bakhtiniana permite examinar, do ponto de vista das relações dialógicas, não apenas as grandes po-lêmicas filosóficas, políticas, estéticas, econômicas, pedagógicas,

mas também fenômenos da fala cotidiana, como a modelagem do enunciado pela opinião do interlocutor imediato ou a reprodução da fala do outro com uma entonação distinta da que foi utilizada, admirativa, zombeteira, irônica, desdenhosa, indignada, desconfia-da, aprovadora, reprovadora, dubitativa, etc. Todos os fenômenos presentes na comunicação real podem ser analisados à luz das relações dialógicas que os constituem.

Os conceitos de individual e de social, em Bakhtin, não são, porém, simples nem estanques. Em primeiro lugar, o filósofo mostra que a maioria absoluta das opiniões dos indivíduos é social. Em segundo, explica que todo enunciado se dirige não somente a um destinatário imediato, cuja presença é percebida mais ou menos conscientemente, mas também a um superdestinatário, cuja com-preensão responsiva, vista sempre como correta, é determinante da produção discursiva. A identidade desse superdestinatário varia de grupo social para grupo social, de uma época para outra, de um lugar para outro: ora ele é a Igreja, ora o partido, ora a ciência, ora a “correção política”. Na medida em que toda réplica, mesmo de uma conversa cotidiana, dirige-se a um superdestinatário, os enuncia-dos são sociais. Quando Ciro Gomes era candidato à Presidência da República, em 2002, e respondeu, durante uma entrevista em que lhe perguntaram qual era o papel de sua mulher na sua campanha, que sua atuação era decisiva, porque ela dormia com ele, o enun-ciado não foi dirigido somente a seus enunciatários imediatos, mas também a um superdestinatário, a “correção política”, que reprova totalmente pontos de vista machistas, racistas, etc. Um comentarista de nossa cena política, avaliando o enunciado do candidato, disse que seu conteúdo era daqueles em que um candidato não poderia nem pensar. Como se nota, o enunciado é, na maioria das vezes, social.

Por outro lado, o sujeito bakhtiniano não está completamente assujeitado aos discursos sociais. Se assim fosse, negar-se-ia completamente a concepção de heteroglossia e de dialogismo, centrais na obra do filósofo. A utopia bakhtiniana é que se pode resistir a todo processo centripeto e centralizador. No dialogismo incessante, o ser humano encontra o espaço de sua liberdade e de seu inacabamento. Nunca ele é submetido completamente aos discursos sociais. A singularidade de cada pessoa no “simpósio universal” ocorre na “interação viva das vozes sociais”. Nesse “simpósio universal”, cada ser humano é social e individual.

Voltemos ao texto de *O missionário*. Sendo participante da comunicação cultural, o romance manifesta vozes claramente sociais. O Padre Antônio de Moraes, submetido a determinações cegas, abandona o sacerdócio para viver com a bela índia Clariana. Seu ato é determinado biologicamente pela hereditariedade (herdara do pai um caráter extremamente sensual), historicamente pelo momento (estava profundamente insatisfeito com as tarefas rotineiras do sacerdócio), geograficamente pelo meio (vivia num meio em que imperava a mais completa liberdade de costumes).

Essa concepção da determinação das ações humanas pelo meio, pela hereditariedade e pelo momento é própria do Naturalismo, movimento literário que surge no final do século XIX, quando as ciências físicas e naturais conhecem grande desenvolvimento, procurando desvendar os segredos da natureza com a finalidade de colocá-la a serviço da produção. As concepções das ciências naturais invadem as ciências humanas. Busca-se explicar os fatos sociais por leis similares às que regem os fenômenos naturais e que a ciência da época acreditava ter codificado. Hippolyte Taine,

filósofo e historiador da literatura, no prefácio de sua *História da literatura inglesa*, diz que os fenômenos humanos são governados por leis tanto quanto são os do mundo material (1866: XXXIX-XL); que a única diferença entre os problemas morais e os físicos é que, no caso daqueles, não se dispõe dos mesmos instrumentos para medir as quantidades envolvidas (1866: XXXII); que “o vício e a virtude são produtos tanto quanto o vitríolo e o açúcar” (1866: XV); que “três fontes diferentes contribuem para produzir o estado moral elementar, a raça, o meio e o momento”, sendo que o que se chama raça são as disposições inatas e hereditárias, que o meio é físico e social (1866: XXII-XXVI) (Cf. também os prefácios da 1ª e da 2ª edições do livro *Essais de critique et d'histoire* (1923)).

Esse ponto de vista determinista sobre as ações humanas constitui-se em oposição a uma concepção, presente, por exemplo, na literatura romântica, de que o ser humano é livre em seus atos, que resultam sempre de escolhas, muitas vezes de escolhas heroicas. É o que fica claro na construção da personagem Seixas, do romance *Senhora*, de Alencar: ele deseja enriquecer; por isso, abandona a mulher que ama e contrata um casamento com uma herdeira que lhe traria um bom dote; mais tarde, recebendo a proposta de se casar com uma moça que ele conheceria apenas no momento de assinar o contrato de matrimônio e que lhe daria um dote maior, desfaz o compromisso assumido e resolve casar-se com a desconhecida, que não é senão a mulher que ele amava; o casamento não se consuma, pois ela diz que o comprara e que eles aparentariam ser casados; ele devolve a ela o dote que recebera e redime-se pelo amor.

No Naturalismo, o campo discursivo literário, devido a essa concepção determinista do agir humano, mantém relações muito

próximas com o campo discursivo científico. Aspira-se à “objetividade” do discurso científico. Por isso, narra-se sempre em terceira pessoa, para criar um efeito de sentido de objetividade, como se os fatos se relatessem a si mesmos. Por outro lado, pretende-se descobrir a verdade das personagens, dissecar as razões de seu comportamento. Dessa forma, os temas são vistos sob a ótica dos modelos científicos. Os comportamentos sociais e individuais são considerados como efeitos de causas naturais (raça, clima, temperamento) ou culturais (meio, educação). O narrador almeja a exatidão das teorias científicas.

No trecho de *O missionário* citado, a voz que preconiza a liberdade das ações humanas não é mostrada no fio do discurso. Nele só aparece a voz que diz que as ações humanas são determinadas pelas forças cegas do meio, da hereditariedade e do momento. No entanto, aquela que não está mostrada é constitutiva do enunciado, porque ele se constrói em oposição a ela.

O primeiro conceito de dialogismo diz respeito, pois, ao modo de funcionamento real da linguagem: todos os enunciados constituem-se a partir de outros.

Numa formação social determinada, operam o presente, ou seja, os múltiplos enunciados em circulação sobre todos os temas; o passado, isto é, os enunciados legados pela tradição de que a atualidade é depositária, e o futuro, os enunciados que falam dos objetivos e das utopias dessa contemporaneidade. Nela, atuam forças centrípetas e centrífugas: aquelas atuam no sentido de uma centralização enunciativa do plurilinguismo da realidade; estas buscam erodir, principalmente pela derrisão e pelo riso, essa tendência centralizadora.

Quando, por exemplo, um homem público ou uma agremiação política determina a verdade sobre a realidade, seja des-

qualificando os adversários, seja prendendo-os ou matando-os, está em ação a força centrípeta. Entrevistado no *Canal livre*, da TV Bandeirantes, um senador respondeu a Fernando Mire, que lhe fizera uma indagação sobre casos de corrupção em empresas estatais, que a pergunta não era aquela, que era preciso discutir o problema de fundo, o financiamento das campanhas eleitorais. Quando alguém diz qual é a questão verdadeira que deve ser formulada, está agindo no sentido das forças centrípetas. Já a derrisão das verdades oficiais representa as forças centrífugas em ação. Vejam-se alguns exemplos da zombaria sobre as “verdades” a respeito do caixa dois apresentadas por diferentes partidos políticos, extraídos da coluna de José Simão, publicada na *Folha de S.Paulo*. Rindo dessas tais “verdades”, mostra-se que elas não podem centralizar a visão da sociedade sobre os modos de financiamento das campanhas:

E o Delúbio: “As campanhas eram feitas com dinheiro não contabilizado”. Dinheiro não contabilizado? Tucanaram o caixa dois. (19/07/2005, E7)

E aí a mulher pegou o marido com outra na cama, e ele gritou: “Isso não é traição! É uma relação não contabilizada!”. É relação caixa dois! (26/07/2005, E7)

E o PT continua tucanando. Sabe como o Gushiken chama caixa dois? “Arquitetura de arrecadação de recursos não contabilizados”. (11/08/2005, E13)

E adorei o Senador Arthur Virgílio dizendo que o Azeredo ter aceitado dinheiro do Marcos Valério foi uma ingenuidade! Tucanaram o caixa dois! Quando é o PT é corrupção, quando é tucano é ingenuidade. (28/10/2005, E 12)

Com os conceitos de forças centripetas e forças centrífugas, Bakhtin desvela o fato de que a circulação das vozes numa formação social está submetida ao poder. Não há neutralidade no jogo das vozes. Ao contrário, ele tem uma dimensão política, já que as vozes não circulam fora do exercício do poder: não se diz o que se quer, quando se quer, como se quer. Não se trata apenas da atuação do campo tradicional da política, ou seja, a esfera do Estado, estão em causa todas as relações de poder, que se exercem desde as relações do dia a dia até o exercício do poder do Estado. Não podemos dirigir-nos, com determinadas fórmulas empregadas na intimidade, a uma autoridade, a uma pessoa mais velha, a alguém que não conhecemos. Certos assuntos são tabus: alguns se admitem numa grande intimidade; outros não são tolerados em hipótese alguma, são até capitulados no Código Penal.

Quando se fala em dialogismo constitutivo, pensa-se em relações com enunciados já constituídos e, portanto, anteriores e passados. No entanto, um enunciado se constitui em relação aos enunciados que o precedem e que o sucedem na cadeia de comunicação. Com efeito, um enunciado solicita uma resposta, resposta que ainda não existe. Ele espera sempre uma compreensão responsiva ativa, constrói-se para uma resposta, seja ela uma concordância ou uma refutação.

Nesse sentido, não se pode dizer que haja dois tipos de dialogismo: entre enunciados e entre o locutor e seu interlocutor. Na verdade, o interlocutor é sempre uma resposta, um enunciado e, por isso, todo dialogismo são relações entre enunciados.

Segundo conceito de dialogismo

Além do dialogismo constitutivo, que não se mostra no fio do discurso, há outro que se mostra. Trata-se da incorporação pelo enunciador da(s) voz(es) de outro(s) no enunciado. Nesse caso, o dialogismo é uma forma composicional. São maneiras externas e visíveis de mostrar outras vozes no discurso.

Isso é o que Bakhtin chama concepção estreita de dialogismo. Estreita não significa menos importante. Com esse adjetivo, o que o filósofo pretende mostrar é que o dialogismo vai além dessas formas composicionais, ele é o modo de funcionamento real da linguagem, é o próprio modo de constituição do enunciado. Essas formas de absorver o discurso alheio no próprio enunciado são a maneira de tornar visível esse princípio de funcionamento da linguagem na comunicação real.

Há duas formas de inserir o discurso do outro no enunciado:

- a) uma, em que o discurso alheio é abertamente citado e nitidamente separado do discurso citante, é o que Bakhtin chama discurso objetivado;
- b) outra, em que o discurso é bivocal, internamente dialogizado, em que não há separação muito nítida entre o enunciado citante e o citado.

No primeiro caso, existem, entre outros, os seguintes procedimentos: discurso direto, discurso indireto, aspas, negação. O segundo pode ser exemplificado pela paródia, pela estilização, pela polêmica clara ou velada, pelo discurso indireto livre. Vejamos alguns exemplos.

A) Discurso alheio demarcado

Discurso direto e discurso indireto

Rubião fitava a enseada – eram oito horas da manhã. Quem o visse, com os polegares metidos no cordão do chabre, à janela de uma grande casa de Botafogo, cuidaria que ele admirava aquele pedaço de água quieta; mas, em verdade, vos digo que pensava em outra cousa. Cotejava o passado com o presente. Que era há um ano? Professor. Que é agora? Capitalista. Olha para si, para as chinelas (umas chinelas de Túnis, que lhe deu recente amigo, Cristiano Palha), para a casa, para o jardim, para a enseada, para os morros e para o céu; e tudo, desde as chinelas até o céu, tudo entra na mesma sensação de propriedade.

“Vejam como Deus escreve direito por linhas tortas”, pensa ele. Se mana Piedade tem casado com Quincas Borba, apenas me daria uma esperança colateral. Não casou; ambos morreram, e aqui está tudo comigo; de modo que o que parecia uma desgraça... Que abismo há entre o espírito e o coração! O espírito do ex-professor, vexado daquele pensamento, arrepiou caminho, buscou outro assunto, uma canoa que ia passando; o coração, porém, deixou-se estar a bater de alegria. Que lhe importa a canoa nem o canoieiro, que os olhos de Rubião acompanham arregalados? Ele, coração, vai dizendo que, uma vez que mana Piedade tinha de morrer, foi bom que não casasse; podia vir um filho ou uma filha... – Bonita canoa! – Antes assim! – Como obedece bem aos remos do homem! – O certo é que eles estão no céu. (Machado de Assis, 1979, v. I: 643)

Analisemos o uso do discurso direto e do discurso indireto nesse texto. Depois de mostrar Rubião, às oito horas da manhã, à janela de sua casa em Botafogo, com os polegares metidos no cordão do chabre, o narrador diz que ele estava pensando na transformação que acontecera em sua vida. Rubião tornara-se capitalista por ter

herdado a fortuna de Quincas Borba. Dessa forma, o narrador afasta o ponto de vista de alguém que poderia pensar que Rubião estava admirando o mar. Em seguida, descreve o olhar de Rubião, que vai do mais próximo ao mais longínquo, do baixo para o alto, examinando a si mesmo, as chinelas que trazia nos pés, a casa, o jardim, a enseada, os morros e o céu, e diz que tudo entra na mesma sensação de propriedade. Esse texto foi escrito no período do capitalismo nascente no Brasil. Com a figura do olhar de Rubião, que engloba tudo numa sensação de propriedade, o narrador define o capitalista como aquele que vê o mundo pela ótica da propriedade.

Em seguida, o narrador dá a palavra a Rubião, que, em discurso direto, parece estar pensando diante de nós. O recurso do discurso direto faz que acompanhemos o desenrolar de seus pensamentos. Como, certa vez, Quincas Borba quis casar com sua irmã Piedade, o que Rubião está pensando é que foi bom eles não terem casado, porque poderiam ter um filho, que seria então o herdeiro da fortuna que ele recebeu. As reticências indicam a suspensão do pensamento mais importante: que foi bom eles terem morrido, pois assim ele pôde herdar tudo. O que parecia uma desgraça foi, na verdade, ótimo, do ponto de vista de Rubião. Com o relato dos pensamentos da personagem em discurso direto, o narrador demarca nitidamente a voz de Rubião da sua e cria um efeito de sentido de verdade e, assim, acrescenta mais uma característica na imagem que está construindo do capitalista: é aquele que avalia todos os fatos do ponto de vista do lucro e não dos valores e dos sentimentos. Com o discurso direto, o narrador está dizendo-nos que isso não é um ponto de vista dele, foi a personagem quem o revelou.

Mas aí o narrador vai mostrar que há um abismo entre o espírito e o coração, entre a consciência, onde estão os valores morais aprendidos, e os sentimentos. Rubião envergonha-se, quando se dá

conta de que estava a achar que a morte de sua irmã e de seu melhor amigo fora uma coisa boa, e procura, por isso, pensar em outra coisa, distrair-se observando uma canoa que vai passando. No entanto, se repugna à consciência esse pensamento, coração não pode deixar de sentir alegria pelo fato de eles terem morrido. Depois de relatar, em discurso indireto, o que o coração vai repetindo, criando um efeito de sentido de objetividade, o narrador cria um pequeno diálogo, em discurso direto, portanto, entre a consciência e o sentimento. Espírito e coração são as duas personagens que falam. Aquele quer afastar esse pensamento que ele repudia, falando a respeito da canoa e do canoeiro; este continua a afirmar que foi melhor assim e conclui que estão no céu, o que justificaria que a morte deles foi ótima.

Esse diálogo entre o espírito e o coração termina de desenhar a imagem do capitalista. Ele é um ser cindido em dois pontos de vista distintos, revelados por essas vozes nitidamente demarcadas, a do coração e a do espírito. Não é que ele apenas raciocina a partir dos interesses, ele sente a partir do lucro. Mesmo que à consciência repugnem certos sentimentos, porque são incompatíveis com os valores morais, ele os têm, porque vê, pensa e sente os acontecimentos sob a ótica do lucro. Sem o diálogo entre o espírito e coração, a imagem do ser dividido entre os valores morais e o valor do lucro, em que este suplanta aqueles, não teria a força que tem.

Aspas

Quando o PT virou casaca lançando aquela carta ao povo brasileiro em meados de 2002, depois de Lula levar dois sustos na campanha (Roseana Sarney e Ciro Gomes), a aclamação veio dos dois lados. Os antigos críticos passaram a aplaudir a “maturidade” do partido, que teria tomado, por exemplo, consciência da austeridade fiscal

para impedir a volta da inflação. Os petistas, mesmo históricos, passaram a acreditar nesse meio-termo social-democrático, uma conciliação de estabilidade monetária e investimento social que ao menos seria um ritual de passagem para um “novo” Brasil. Nesse processo tipicamente brasileiro de acomodação, calcado na simbologia de Lula como “alguém que veio lá de baixo”, o ilusionismo coletivo se instalou. A aprovação do governo foi aos píncaros; raríssimos articulistas não se deixaram levar pela moda. (Daniel Piza, *O Estado de S. Paulo*, 25/12/2005, D 3)

Nesse texto, o articulista, ao comentar o processo político brasileiro, circunscreve com aspas as seguintes expressões *maturidade*, *novo*, *alguém que veio lá de baixo*. As aspas servem para demarcar o discurso do outro. O jornalista, com esse procedimento, está mostrando que *maturidade* é uma expressão dos antigos críticos do PT; *novo* é um enunciado do discurso petista e *alguém de veio lá de baixo* pertence ao discurso de todos os que exaltam a figura do Lula.

Negação

No mesmo texto do articulista Daniel Piza, encontra-se o seguinte enunciado:

Ricardo Bonalume Neto, na *Folha*, diz que George Orwell [...] não dedurou intelectuais e artistas para o governo britânico. Bonalume acha que Orwell “simplesmente fez uma lista de intelectuais notórios de esquerda, pró-soviéticos, para que fossem reconhecidos como tais”. Ah, tá.

Nesse texto, ocorrem diversos procedimentos de incorporação do discurso alheio. Daniel Piza cita em discurso indireto um

enunciado de Bonalume, que é uma negação. Nela, duas vezes se confrontam: a que diz que Orwell dedurou intelectuais e artistas e a que nega esse fato. Depois, o jornalista transcreve a posição de Bonalume entre aspas. Ao enunciar uma apreciação (“Ah, tá”) sobre o ponto de vista do outro, Daniel Piza mostra que a negação de Bonalume é despropositada, pois, para o articulista, *fazer uma lista de intelectuais notórios de esquerda, pró-soviéticos* é sinônimo de *dedurar*.

Em todos esses casos o discurso do outro é demarcado por contornos exteriores bem nítidos: no discurso direto, por um verbo introdutor e pelo travessão; no discurso indireto, pelo verbo introdutório e pela conjunção integrante; na negação, pelo advérbio negativo; nas aspas, pelos sinais gráficos. É curioso que, mesmo na linguagem oral, marcam-se as aspas, fazendo um gesto de apontamento com as mãos. Em todos esses casos, há uma demarcação clara das vozes, por meio de fronteiras linguísticas claras.

B) Discurso alheio não demarcado

Nesse caso, não temos demarcações nítidas entre as vozes. Elas misturam-se, mas, apesar disso, são claramente percebidas. Por isso, diz-se que as palavras são bivocais.

Discurso indireto livre

O soldado magrinho, enfezadinho, tremia. E Fabiano tinha vontade de levantar o facão de novo. Tinha vontade, mas os músculos afrouxavam. Realmente não quisera matar um cristão: procedera como quando, a montar bravo, evitava galhos e espinhos. Ignorava os movimentos que fazia na sela. Alguma coisa

o empurrava para a direita ou para a esquerda. Era essa coisa que ia partindo a cabeça do amarelo. Se ele tivesse demorado um minuto, Fabiano seria um cabra valente. Não demorara. A certeza do perigo surgira – e ele estava indeciso, de olho arregalado, respirando com dificuldade, um espanto verdadeiro no rosto barbudo coberto de suor, o cabo do facão mal seguro entre os dois dedos úmidos.

Tinha medo e repetia que estava em perigo, mas isto lhe pareceu tão absurdo que se pôs a rir. Medo daquilo? Nunca vira uma pessoa tremer assim. Cachorro. Ele não era dunga na cidade? Não pisava os pés dos matutos, na feira? Não botava gente na cadeia? Sem-vergonha, mofino. (Graciliano Ramos, 1971: 144-145)

Esse texto foi retirado do capítulo do romance *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, intitulado “O soldado amarelo”. Nele, narra-se o encontro de Fabiano com o soldado amarelo, que, um ano antes, o levara para a cadeia, onde ele fora surrado e passara a noite. O primeiro impulso de Fabiano foi de matá-lo. Em seguida, tomou consciência de que o soldado era uma autoridade. Aí começou a hesitar entre assassiná-lo ou não.

Nesse trecho, são relatados os pensamentos de Fabiano. Há, então, duas vozes no texto: a do narrador, que conta o encontro de Fabiano com o soldado, e a de Fabiano, por meio da qual ficamos sabendo seus pensamentos. A técnica usada pelo narrador para mostrar o que a personagem estava pensando é o *discurso indireto livre*. Nessa forma de citação do discurso alheio, misturam-se duas vozes. Não há indicadores, como, por exemplo, os dois pontos e o travessão do discurso direto ou a conjunção integrante do discurso indireto, para demarcar nitidamente onde começa a fala do narrador e onde inicia a da personagem.

Percebe-se, por exemplo, que um trecho como *mas isto lhe pareceu tão absurdo que se pôs a rir* é claramente uma fala do narrador, que está a contar a atitude de Fabiano diante do pensamento de que estava com medo. Já certas passagens como *Medo daquilo?* ou *Cachorro* ou *Sem-vergonha*, *mofino* são, nitidamente, interrogações e exclamações feitas por Fabiano. São dois tons diferentes que permitem perceber duas vozes distintas: o tom sereno da narração a simplesmente relatar o que aconteceu e o tom irritado de Fabiano, que estava enfurecido com o modo como o soldado procedia na cidade.

Há frases, no entanto, que poderiam ser dos dois. O período *E Fabiano tinha vontade de levantar o falcão de novo* poderia ser atribuído na forma em que está ao narrador; na forma *Eu tenho vontade de levantar o falcão de novo*, a Fabiano. Duas vozes mesclam-se nas mesmas palavras.

Polêmica clara

Trata-se do confronto de duas vozes que polemizam abertamente entre si, cada uma delas defendendo uma ideia contrária à da outra.

— Não podemos achar que a arma é a melhor solução, até porque não é. Não vejo como um direito premente que está sendo negado, porque essa é uma aspiração de um grupo de pessoas que tem medo e acesso às armas. E quem tem medo e não pode ter acesso? Tem-se a impressão de que ter uma arma em casa vai afastar o Exu, os maus espíritos.

— Discordo. Estão tirando um direito à autodefesa. O que acontece se estou na minha casa, obedeci ao Márcio Thomaz Bastos, entreguei minhas armas, o sim venceu, estou proibido de comprar uma arma, e entra um bandido em meu quintal? Em circunstâncias normais poderia dar um tiro para o alto. Se o sim vencer, só me resta abrir a porta, cumprimentar o ladrão e torcer para que ele seja generoso comigo. (*O Estado de S. Paulo*, 23/10/2005, C1)

Esse é um pequeno trecho de uma transcrição do debate entre José Vicente da Silva Filho, partidário do *sim* no referendo sobre a proibição de comercialização de armas de fogo, e Reinaldo Azevedo, adepto do *não*. Nessa passagem, eles discutem se a interdição, que é objeto da consulta popular, é uma perda de direitos. O primeiro diz que não, o segundo, claramente em oposição, diz que sim. Observe que a voz do segundo é moldada pela do primeiro, mas nela as duas não estão claramente delimitadas. O ponto de vista de José Vicente da Silva Filho aparece como pano de fundo das afirmações de Reinaldo Azevedo.

Polêmica velada

Nesse caso, não se expressa abertamente a polêmica. No entanto, percebe-se na construção discursiva que há duas vozes em oposição.

Se você acha que deve abrir mão do direito de adquirir uma arma, mesmo tendo o ministro da Justiça afirmado que a proibição em nada reduzirá a criminalidade — e, como bem-sucedido defensor de criminosos em toda a sua vida profissional progressa, ele entende do assunto muito bem — vote *sim*. [...]

Se você acha que o Estado brasileiro está demonstrando plenas condições de oferecer toda a segurança aos cidadãos, não havendo a necessidade nenhuma de estes terem em suas casas meios de resistir à violência dos bandidos, vote *sim*. (*O Estado de S. Paulo*, 15/10/2005, A2)

Essa passagem é uma parte de um artigo do jornalista Mauro Chaves intitulado “Vote ‘sim’”. O articulista, por meio de uma construção discursiva hábil, defende sua posição de partidário do não. Temos a impressão de que se trata apenas de uma argumentação por implicação: se você acha que pode perder o direito à autodefesa, vote *sim*; se você acha que o Estado é quem tem o dever de oferecer segurança ao cidadão e está realizando bem essa tarefa, vote *sim*. Observe-se, no entanto, que esses são argumentos dos partidários do *sim*. Da forma como o jornalista os apresenta, na verdade, ele está discordando deles, está travando uma polêmica com os partidários do *sim*. Isso se expressa, no primeiro parágrafo, com a citação do que disse o ministro da Justiça e com a afirmação irônica de que ele entende bem de criminalidade e de criminosos, já que foi advogado criminalista durante toda a sua vida; no segundo, com as expressões *plenas condições e necessidade nenhuma*.

Paródia

A paródia é uma imitação de um texto ou de um estilo, que procura desqualificar o que está sendo imitado, ridicularizá-lo, negá-lo. No próprio processo imitativo, dá-se uma direção diversa ao sentido do que está sendo parodiado. Nesse caso, imita-se para acentuar diferenças. Para perceber o texto ou o estilo parodiado,

o leitor precisa valer-se de sua memória textual, isto é, de seus conhecimentos a respeito dos textos produzidos ou de maneiras de escrever.

Kipling revisitado

se etc.

se etc.

se etc.

se etc.

[...]

serás um teorema
meu filho.

(Paes, 1986: 97)

Para que esse texto ganhe sentido, precisamos perceber que se trata de uma paródia do célebre poema *Se...*, do poeta inglês Rudyard Kipling. Nele, cada verso começa com *se* (por exemplo, *Se sonhas, mas não és por sonhos dominado; / se pensas, mas não fazes do pensamento teu alvo...*). O poema termina da seguinte forma: *se, de cada minuto, enches cada segundo / com um passo para frente em luminoso trilho, / então eu te direi que dominas o Mundo / e direi muito mais: que és um homem, meu filho!* Sabemos que o texto de José Paulo Paes parodia o poema de Kipling pelo título, pelo fato de os sete primeiros versos serem formados de um *se* seguido de *etc.* e pela construção dos dois últimos versos. O poema de José Paulo Paes tem um claro sentido paródico, o que ele quer dizer é que, se alguém pautar sua vida pelo que o poeta inglês considerava valores, será não um homem, mas um teorema, ou seja, uma demonstração da visão de mundo do poeta britânico.

Ao mudar o termo *homem* para *teorema*, o que José Paulo Paes faz é negar a universalidade expressa pelo poema de Kipling, relativizando-a, o que implica que a direção de sentido do poema parodiante é contrária ao do parodiado.

Estilização

É a imitação de um texto ou estilo, sem a intenção de negar o que está sendo imitado, de ridicularizá-lo, de desqualificá-lo. Diferentemente da paródia, na estilização as vozes são convergentes na direção do sentido, as duas apresentam a mesma posição significante. Também para perceber a estilização é necessário recorrer ao nosso conhecimento textual.

Nova canção do exílio

Um sabiá
na palmeira, longe.
Estas aves cantam
um outro canto.

[...]

Só, na noite,
seria feliz:
um sabiá,
na palmeira, longe.

Onde é tudo belo
e fantástico,
só, na noite,
seria feliz.
(Um sabiá,
na palmeira, longe.)

Ainda um grito de vida
e voltar
para onde tudo é belo
e fantástico:
a palmeira, o sabiá,
o longe.

(Drummond, 1974: 94-95)

O poema de Drummond imita o poema “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias, cuja primeira estrofe é:

Minha terra tem palmeiras
Onde canta o Sabiá;
As aves que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá

(1975: 11-12)

O poema gonçalvino opõe dois espaços: o aqui e o lá. Aquele é o lugar do exílio; este, mais valorizado, é o da pátria. Nesse texto, glorifica-se e exalta-se o solo pátrio, por causa de suas maravilhas e dos seus encantos. Nele, mostra-se um nacionalismo idealizado. Celebra-se a pátria, por causa de sua natureza, em que tudo é mais e melhor. O poeta, exilado desse paraíso, deseja retornar a ele.

Percebe-se a imitação drummondiana pelo fato de o título dos poemas ser basicamente o mesmo, pelo emprego dos termos *sabiá* e *palmeira*, pela expressão do desejo da volta e pelo uso do vocábulo *longe*, que guarda similitude com o *lá* do poema gonçalvino.

Estas indica o que está próximo do enunciador; *outro* pressupõe a existência de, ao menos, um diferente daquilo que é nomeado. Ao dizer *estas aves cantam um outro canto*, o poeta está

dizendo que as aves que estão próximas dele se opõem ao sabiá, de que falava Gonçalves Dias, que está longe. O poeta quer recuperar a realidade do poema gonçalvino, o espaço *onde tudo é belo e fantástico*. Os versos *Só, na noite,/ seria feliz* recuperam o seguinte passo do poema gonçalvino: *Em cismar, sozinho, à noite/ Mais prazer encontro eu lá*. O que o poeta está dizendo é que seria prazeroso devanear sozinho dentro da noite estrelada e encantada de que fala Gonçalves Dias, em seu poema. A forma verbal *seria*, porém, sugere que essa noite do presente não é a da *Canção do exílio* do poeta romântico.

Há uma defasagem de sentido entre os dois poemas, pois, se ela não existisse, não haveria imitação, mas cópia. Em Gonçalves Dias, o exílio é um país estrangeiro e a pátria está longe: a oposição *aqui/lá* é espacial; em Drummond, é a realidade do presente que não tem os encantos da realidade descrita pelo poeta romântico: a oposição é temporal. No entanto, os dois são convergentes na direção do sentido: o desejo de voltar a uma realidade melhor. No poema gonçalvino, quer-se desfrutar dos primores que se encontram na pátria. No drummondiano, deseja-se retornar para onde tudo é belo e fantástico. Recuperando os traços essenciais da composição gonçalvina, Drummond estiliza-a.

Estilo

Anteriormente, dissemos, sem maiores explicações, que se pode parodiar ou estilizar um estilo. É preciso, então, entender esse conceito na obra bakhtiniana, para que se possa compreender o que é estilização ou paródia de um estilo.

que indica que aquele que ama divaga com a cabeça nas estrelas, o poema de Bastos Tigre tem um sentido literal. Por isso, como a maioria dos filmes é estadunidense, basta saber inglês para entender o que as estrelas dizem.

Trata-se de intertextualidade, porque, no segundo soneto, encontram-se duas materialidades linguísticas, o texto de Bilac e o de Bastos Tigre. Além disso, o poema bilaciano tem existência independente do de Bastos Tigre.

Poder-se-ia alargar um pouco esse conceito, para considerar também intertextualidade os casos de paródia e de estilização de estilo, pois, dado que o estilo contém particularidades textuais, ele também é da ordem da manifestação, do domínio da materialidade linguística.

Terceiro conceito de dialogismo

A subjetividade é constituída pelo conjunto de relações sociais de que participa o sujeito. Por isso, em Bakhtin, o sujeito não é assujeitado, ou seja, submetido às estruturas sociais, nem é uma subjetividade autônoma em relação à sociedade.

O princípio geral do agir é que o sujeito atua em relação aos outros; o indivíduo constitui-se em relação ao outro. Isso significa que o dialogismo é o princípio de constituição do indivíduo e o seu princípio de ação. Vamos entender melhor isso.

A consciência constrói-se na comunicação social, ou seja, na sociedade, na História. Por isso, os conteúdos que a formam e a manifestam são semióticos. Isso explica a importância que tem a linguagem no projeto bakhtiniano de construção de uma

teoria das superestruturas. A apreensão do mundo é sempre situada historicamente, porque o sujeito está sempre em relação com outro(s). O sujeito vai constituindo-se discursivamente, apreendendo as vozes sociais que compõem a realidade em que está imerso, e, ao mesmo tempo, suas inter-relações dialógicas. Como a realidade é heterogênea, o sujeito não absorve apenas uma voz social, mas várias, que estão em relações diversas entre si. Portanto, o sujeito é constitutivamente dialógico. Seu mundo interior é formado de diferentes vozes em relações de concordância ou discordância. Além disso, como está sempre em relação com o outro, o mundo interior não está nunca acabado, fechado, mas em constante vir a ser, porque o conteúdo discursivo da consciência vai alterando-se.

Nesse processo de construção da consciência, as vozes são assimiladas de diferentes maneiras. Há aquelas que são incorporadas como voz de autoridade. São aquelas a que se adere de modo incondicional, que são assimiladas como uma massa compacta e, por isso, são centripetas, impermeáveis, resistentes a impregnar-se de outras vozes, a relativizar-se. A voz de autoridade pode ser a voz da Igreja, do Partido, do grupo de que se participa, etc.

Outras vozes são assimiladas como posições de sentido internamente persuasivas. São vistas como uma entre outras. Por isso, são centrifugas, permeáveis à impregnação por outras vozes, à hibridização, e abrem-se incessantemente à mudança.

Sendo a consciência sociosemiótica, ou seja, formada de discursos sociais, o que significa que seu conteúdo é sógnico, cada indivíduo tem uma história particular de constituição de seu mundo interior, pois ele é resultante do embate e das inter-relações desses dois tipos de vozes. Quanto mais a consciência for formada de vo-

zes de autoridade, mais ela será monológica, ptolomaica. Quanto mais for constituída de vozes internamente persuasivas, mais será dialógica, galileana.

Bakhtin qualifica de ptolomaica a consciência mais rígida, mais organizada em torno de um centro fixo, como era o sistema cosmológico de Ptolomeu, em que a Terra era fixa. Já galileana é a consciência mais aberta, mais móvel, não organizada em torno de um centro fixo. Bertolt Brecht, em sua peça *Vida de Galileu*, mostra o embate desses dois tipos de consciência.

GALILEU (*junto ao telescópio*) – Como Vossa Alteza certamente sabe, já faz algum tempo que nós, astrônomos, encontramos grandes dificuldades em nossos cálculos. Nós nos baseamos num sistema muito antigo, que está de acordo com a filosofia, mas infelizmente não parece estar de acordo com os fatos. Segundo esse velho sistema, o ptolomaico, supõe-se que o movimento das estrelas seja muito complicado. O planeta Vênus, por exemplo, descreve um movimento, do tipo seguinte. (*Galileu desenha num quadro o trajeto epicíclico de Vênus, de acordo com a suposição ptolomaica.*) Mas, mesmo admitindo esses movimentos complicados, não somos capazes de calcular com precisão a posição futura das estrelas. Não as encontramos no lugar em que deveriam estar. E, além disso, há movimentos no céu para os quais o sistema ptolomaico não tem explicação alguma. Me parece que algumas estrelas pequenas, descobertas por mim, descrevem esse tipo de movimento à volta do planeta Júpiter. Se os senhores estiverem de acordo, poderíamos começar examinando os satélites de Júpiter, as estrelas Mediceias. [...]

O FILÓSOFO – [...] Mas eu receio que isso tudo não seja tão simples. Senhor Galileu, antes de aplicarmos o seu famoso telescópio, gostaríamos de ter o prazer de uma disputa. Assunto: É possível que tais planetas existam?

O MATEMÁTICO – Uma disputa formal.

GALILEU – Eu achava mais simples os senhores olharem pelo telescópio para terem certeza. [...]

O MATEMÁTICO – Claro, claro. O senhor naturalmente sabe que segundo a concepção dos antigos não é possível uma estrela que gire em volta de um centro que não seja a Terra, assim como não é possível uma estrela sem suporte no céu?

GALILEU – Sei.

O FILÓSOFO – E mesmo sem considerar a possibilidade de tais estrelas, que ao nosso matemático (*faz uma mesura em sua direção*) parece duvidosa, eu gostaria de perguntar com toda a modéstia e como filósofo: seriam necessárias tais estrelas? *Divini Aristotelis universum...* [...] O universo do divino Aristóteles, com suas esferas misticamente musicais e as suas abóbadas de cristal e os movimentos circulares de seus corpos e o ângulo oblíquo do trajeto solar e os mistérios da tabela dos satélites e a riqueza estelar do catálogo da calota austral e a arquitetura iluminada do globo celeste, forma uma construção de tal ordem e beleza, que deveríamos hesitar muito antes de perturbar esta harmonia.

GALILEU – Vossa Alteza não quer ver as impossíveis e desnecessárias estrelas através deste telescópio? (s. d.: 57-59)

A consciência de Galileu é aberta à realidade, pois não é formada com discursos de autoridade, que não podem ser postos em dúvida. Já a consciência do Matemático e a do Filósofo são centripetas e, portanto, impermeáveis a outros discursos. O primeiro nega-se até a olhar no telescópio, porque o que Galileu pretende mostrar não pode existir, uma vez que assim disse Ptolomeu. O Filósofo usa o argumento de todos os conservadores: a ordem proposta pelo “divino Aristóteles” é tão harmônica que ela não deve ser rompida. Para o primeiro, os olhos não podem

mostrar o que não pode ser; para o segundo, eles não devem ver o que não deve ser.

O mundo interior é formado a partir da heterogeneidade dialógica das vozes sociais. Os enunciados, construídos pelo sujeito, são constitutivamente ideológicos, pois são uma resposta ativa às vozes interiorizadas. Por isso, eles nunca são expressão de uma consciência individual, descolada da realidade social, uma vez que ela é formada pela incorporação das vozes sociais em circulação na sociedade. Mas, ao mesmo tempo, o sujeito não é completamente assujeitado, pois ele participa do diálogo de vozes de uma forma particular, porque a história da constituição de sua consciência é singular. O sujeito é integralmente social e integralmente singular. Ele é um evento único, porque responde às condições objetivas do diálogo social de uma maneira específica, interage concretamente com as vozes sociais de um modo único. A realidade é centrífuga, o que significa que ela permite a constituição de sujeitos distintos, porque não são organizados em torno de um centro único.

Concluindo este capítulo...

Os enunciados, sendo constitutivamente dialógicos, são sempre históricos. Entretanto, sua historicidade não é apreendida por meio de curiosidades e anedotas a respeito de sua produção. Não é a biografia do autor, as circunstâncias em que viveu que permitem ver o caráter histórico do enunciado, mesmo porque há enunciados de autores desconhecidos, que não se sabe onde e quando foram produzidos e, apesar disso, têm sentido. Por exemplo, a *Iliada* e a

Odisséia têm sentido, embora nada saibamos a respeito de Homero nem da composição dessas epopeias.

A historicidade dos enunciados é captada no próprio movimento linguístico de sua constituição. É na percepção das relações com o discurso do outro que se compreende a História que perpassa o discurso. Com a concepção dialógica, a análise histórica dos textos deixa de ser a descrição de uma época, a narrativa da vida de um autor, para transformar-se numa fina e sutil análise semântica, que vai mostrando aprovações ou reprovações, adesões ou recusas, polêmicas e contratos, deslizamentos de sentido, apagamentos, etc. A História não é exterior ao sentido, mas é interior a ele, pois ele é que é histórico, já que se constitui fundamentalmente no confronto, na contradição, na oposição das vozes que se entrecrocaram na arena da realidade.